

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.632 - DF (2019/0266952-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : RAIMUNDO LONGO TAVARES DOS SANTOS
ADVOGADO : EDIMILSON VIEIRA FELIX E OUTRO(S) - DF025713
RECORRIDO : LUCIANA JABER ABREU
ADVOGADO : MARIA DE FATIMA SOARES FIUZA - DF039191
RECORRIDO : WILLIAM EUSTAQUIO CARVALHO
ADVOGADO : REYNALDO TURATE - DF052323

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RAIMUNDO LONGO TAVARES DOS SANTOS, contra acórdão assim ementado (fl. 110):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE DESPEJO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE 25% DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. DÍVIDA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS. PENHORA. IMPOSSIBILIDADE. DÍVIDA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. POSSIBILIDADE.

1. Não é possível a penhora de proventos para pagamento de dívida relativa a aluguéis e respectivos encargos (CPC/2015 833 IV § 2º).
2. É cabível a penhora de 25% dos proventos do executado para pagamento de honorários advocatícios, haja vista se tratar de verba de natureza alimentar.
2. Deu-se parcial provimento ao agravo de instrumento.

Em suas razões, o recorrente alega violação do art. 833, IV, do Código de Processo Civil/2015, bem como dissídio jurisprudencial, afirmando que "possível a mitigação do caráter impenhorável da verba salarial, permitindo-se a penhora de fração salarial do devedor para adimplemento de obrigação de natureza não alimentícia" (fl. 127), colacionando julgados que afirmando poder a impenhorabilidade dos salários ser "excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família" (EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe 16/10/2018)" (fl. 134).

Passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu

Superior Tribunal de Justiça

pela impossibilidade de penhora do salário para pagamento de aluguéis, assim se pronunciando (fl. 114):

(...) não se tem notícia nestes autos de que os proventos mensais do executado/agravado ultrapassam o valor correspondente a 50 salários mínimos mensais.

Ao contrário, o documento de ID 26940267 - Pág. 7, dos autos originários, obtido no Portal da Transparência do Distrito Federal, indica que os ganhos do executado, no ano de 2017, eram da ordem de R\$ 10.729,84, por mês.

Portanto, não é possível a penhora pretendida pelo exequente/agravante para pagamento dos aluguéis e encargos correspondentes.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. Nesse sentido, *a contrario sensu*:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RETENÇÃO DE PARTE DOS PROVENTOS. POSSIBILIDADE. IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO. MITIGAÇÃO. SÚMULAS 7 E 83/STJ. APLICAÇÃO.

(...)

4. Considerando que o Tribunal de origem, baseado nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a par das circunstâncias fático-probatórias dos autos, compreendeu que os percentuais bloqueados são adequados para manter o mínimo existencial dos devedores, de forma a não prejudicar a subsistência do recorrente, mas sem descuidar do interesse público de ressarcimento ao erário e imposição de sanções de cunho patrimonial àqueles que praticam atos de improbidade administrativa, verifica-se que a alteração dessa conclusão demanda a reanálise dos elementos de fato e de prova dos autos, providência que, nesta via eleita, encontra óbice, conforme o enunciado da súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1790570/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 30/05/2019)

Por fim, em relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que

Superior Tribunal de Justiça

não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ. Vale destacar que as circunstâncias fáticas e as peculiaridades diferem em cada caso, o que inviabiliza, em regra, o recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, que se funda em premissa fático-probatória e, particularmente, no caso concreto em que os fatos e provas dos autos não se revelam análogos aos dos paradigmas.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora